

THIAGO AUGUSTO DIAS VIANA

**A CERTIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL:
HISTÓRICO E CONTEXTO ATUAL DE EMPRESAS DE BASE FLORESTAL NO
BRASIL**

CURITIBA

2013

THIAGO AUGUSTO DIAS VIANA



**A CERTIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL:
HISTÓRICO E CONTEXTO ATUAL DE EMPRESAS DE BASE FLORESTAL NO
BRASIL**

Trabalho acadêmico apresentado ao Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do Título de Especialista em Gestão Florestal.

Orientadora: Dra. Ghislaine Miranda Bonduelle

CURITIBA

2013

THIAGO AUGUSTO DIAS VIANA

**A CERTIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA ORGANIZACIONAL:
HISTÓRICO E CONTEXTO ATUAL DE EMPRESAS DE BASE FLORESTAL NO
BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Florestal, do curso de Pós-Graduação em Gestão Florestal, do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, à seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Dra. Ghislaine Miranda Bonduelle

Prof. Márcio Pereira Rocha
Universidade Federal do Paraná

Prof. Nilson Nakajima
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 07 de Dezembro de 2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

Aos meus pais, Paulo e Maria Lúcia, por todo o amor, dedicação e incentivos dados ao longo de toda a vida, ao meu irmão Matheus, pela amizade incondicional e força e à Joseane pelos conselhos, paciência, compreensão e apoio nesta caminhada.

À Prof. Dra. Ghislaine Miranda Bonduelle pela dedicação e orientação durante a elaboração e desenvolvimento deste trabalho.

Aos demais professores do curso de Gestão Florestal e a toda equipe do Programa de Educação Continuada em Ciências Agrárias - PECCA, que mesmo a distancia foram extremamente capazes de proporcionar conhecimento sólido e diferenciado.

A todos os colegas e amigos que de alguma forma contribuíram com o desenvolvimento do curso e deste trabalho.

RESUMO

A crescente preocupação da sociedade atual perante as questões ambientais, sociais e econômicas provocou mudanças significativas na estrutura organizacional das corporações atuais e trouxe também um novo e grande desafio: Considerar e implementar em todas as dimensões do negócio as variáveis ambientais, sociais e econômicas que sejam capazes de minimizar a geração de impactos ambientais adversos e quaisquer outros problemas de cunho socioambiental e incertezas quanto ao empreendimento. A inclusão destas questões na estratégia empresarial é mais do que nunca fundamental para a manutenção da competitividade da empresa frente ao novo cenário que se impõe. Neste processo, as certificações se apresentam como ferramentas importantíssimas, capazes de comprovar junto às diversas partes interessadas que os processos e produtos desenvolvidos levam em consideração as salvaguardas ambientais, a responsabilidade social e a viabilidade econômica. O setor florestal brasileiro apresenta resultados importantes no que tange a adoção da certificação florestal e de outras normas/padrões internacionalmente reconhecidos. Este trabalho teve por objetivo descrever o papel desempenhado pelas certificações de processos e produtos em normas e padrões internacionalmente reconhecidos, apontando os diversos benefícios advindos deste processo. Verificou-se que as certificações tem sido adotadas pelas empresas brasileiras de base florestal e que tem proporcionado resultados importantes.

Palavras Chave: Certificação Empresarial, Mudança Organizacional, Benefícios oriundos da Certificação, Sustentabilidade Corporativa.

ABSTRACT

Certification as a tool for organizational change: History and Prospects for Forest Companies.

The growing concern of today's society in the face of environmental, social and economic aspects has promoted significant changes in the organizational structure of corporations and has also brought a new challenge: Consider and implement in all business dimensions the environmental, social and economic variables that are capable of minimize the generation of adverse environmental impacts and other socio-environmental problems and uncertainty about the venture. The inclusion of these aspects in business strategy is more crucial than ever to maintain the competitiveness of the company against the new scenario that is imposed to them. In this process, the certifications are presented as an important tool, capable to prove within the stakeholders that their processes and products are developed taking into account the environmental safeguards, social responsibility and economic viability. The forestry sector shows important results regarding the adoption of forest certification and other standards internationally recognized. This study aimed to describe the role of the processes and products certification, pointing out the many benefits. The certification process has been adopted by Brazilian forest-based companies and has provided important results to this sector.

Key Words: Corporate Certification, Organizational Changes, Certification Benefits, Corporate Sustainability.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ISO - *International Standardization for Organization*

OHSAS - *Occupational Health and Safety Assessment Services*

SA - *Social Accountability*

BSI - *British Standard Institution*

SGA - Sistema de Gestão Ambiental

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

FSC - *Forest Stewardship Council* – Conselho de Manejo Florestal

FSC FM – *Forest Stewardship Council / Forest Management*

FSC CoC - *Forest Stewardship Council / Chain of Custody*

CERFLOR - Certificação Florestal

PEFC – *Programme for the Endorsement of Forest Certification Schemes*

SBS - Sociedade Brasileira de Silvicultura

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRAF - Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1. ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL.....	11
2.2. DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA ORGANIZACIONAL.....	14
2.3. GESTÃO AMBIENTAL CORPORATIVA.....	16
2.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	19
2.5. CERTIFICAÇÃO EMPRESARIAL E SEUS BENEFÍCIOS	22
2.6. O SETOR FLORESTAL BRASILEIRO E AS CERTIFICAÇÕES	32
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	36
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
4.1. APERAM BIOENERGIA	37
4.2. VALLOUREC (V&M FLORESTAL)	39
4.3. FIBRIA	41
4.4. KLABIN.....	42
4.5. DURATEX.....	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos, o homem tem afetado o ambiente de várias formas. Comparando-se suas diferentes fases da história, as primeiras foram marcadas por uma convivência harmoniosa com a natureza. Nestas, as transformações ocasionadas ao meio ambiente eram menos visíveis e aparentes, pois persistia o ténue equilíbrio em relação à demanda e oferta de recursos naturais. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Com o passar do tempo, inúmeros fatores, como o desenvolvimento de novas técnicas de produção, o surgimento do modelo capitalista de exploração, o aumento da população mundial e a maior expectativa de vida alcançada em função de avanços na área médica e em outros segmentos, se integraram resultando um maior volume de exploração dos recursos naturais. A busca pelo lucro ampliou as bases de consumo, e a propaganda e o marketing bombardearam na sociedade um modelo de vida baseado em maior consumo de energia e também de recursos naturais não renováveis, ocasionando a poluição em diferentes esferas do ambiente. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

A recente atenção global em relação às questões ambientais teve início em 1972 na Suécia, tendo o conceito de desenvolvimento sustentável ganhado amplitude no Brasil, na Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, conhecida como Eco 92 ou Rio 92. Esta preocupação ambiental, discutida em diversos setores da sociedade, ocasionou o surgimento de instituições governamentais e não governamentais, fundadas com objetivo principal de se contrapor aos impactos ambientais adversos causados ao meio ambiente e aos modos de produção ambientalmente inadequados. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

As questões relacionadas a sustentabilidade ocasionaram várias mudanças organizacionais nas empresas, em função da necessidade de prospecção de novos mercados, obtenção de diferenciais competitivos, redução de custos e mudanças nos processos, tendo em vista as novas exigências do mercado e outras imposições

tais como leis, regras de preservação ambiental internacionais, etc. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Com o advento desta preocupação ambiental por parte da sociedade e de organismos internacionais governamentais ou não, as organizações enfim têm percebido que a exploração indiscriminada de recursos naturais finitos pode comprometer o andamento dos negócios e então passaram a buscar iniciativas que ao mesmo tempo conciliam seus interesses econômicos, mas também os interesses sociais e a preservação ambiental (ALVES et al, 2011).

As empresas consideradas como proativas têm incorporado fatores ambientais em suas metas, políticas e estratégia, considerando os riscos e os impactos ambientais não só em seus processos produtivos, mas também em seus produtos, conseguindo desta forma fazer com que a proteção ambiental passe a fazer parte de seus objetivos de negócio. A interiorização pelas empresas da idéia de desenvolvimento sustentável é um marco de extrema importância para o entendimento da mudança de abordagem da questão ambiental (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Para dar transparência às práticas desenvolvidas e comprovar junto às diversas partes interessadas que os produtos e processos desenvolvidos pelas organizações encontram-se em conformidade com as questões sociais, ambientais, requisitos legais aplicáveis, etc., estas têm optado por implantar e manter certificações, as quais são concedidas por organismos independentes credenciados (ALVES et al, 2011).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever o papel desempenhado pelas certificações de processos e produtos, em normas e padrões internacionalmente reconhecidos nas áreas de qualidade, meio ambiente, manejo florestal, saúde e segurança ocupacional e responsabilidade social na evolução do modelo de gestão empresarial adotado pelas organizações atuais, elencando os diversos benefícios advindos deste processo e o contexto atual de empresas de base florestal no Brasil.

A relevância deste trabalho consiste em contribuir para o entendimento das mudanças ocorridas no âmbito das organizações em função das novas exigências de mercado e da sociedade perante as questões de sustentabilidade amplamente discutidas na atualidade, para demonstrar que as certificações são de fato ferramentas importantes capazes de agregar melhorias à atividade produtiva, minimizando seus impactos adversos proporcionando diversos outros benefícios e ainda demonstrar que o setor florestal brasileiro tem aderido esta prática.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. ORGANIZAÇÕES E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Diversos conceitos para organização são encontrados na literatura, dentre eles:

A organização é um instrumento racional para a realização de objetivos em comum, divididos entre pessoas que se encontram numa mesma situação. (ABRAHAMSSON apud ALBUQUERQUE, 2009)

... para alguns, as organizações são arranjos de tarefas e uma estrutura de autoridade, ao passo que para outros elas são uma serie de relações num grupo face a face. Para uns, as organizações são uma rede de comunicações, e para outros, uma rede de interações. Certos pontos de vista apoiam-se mutuamente; outros estão em conflito direto e, no entanto todos professam estar falando de organizações. (LITTERER apud ROSSI, 2000)

Cada organização é um sistema complexo e humano, dotado de características próprias como cultura e clima organizacional possuindo aspectos formais e informais. Os aspectos formais são visíveis, como as normas formais da organização, o desenho de sua estrutura, as normas e manuais de procedimentos. Já os informais, constituem a parte não visível, onde podem estar ocultos componentes da cultura que influenciam o comportamento das pessoas. (CHIAVENATO, 2003)

Para sobreviver e se desenvolver, para se renovar e revitalizar, deve-se acompanhar e analisar o conjunto de variáveis que afetam a cultura organizacional e o clima, aperfeiçoando os sistemas dentro dos quais as pessoas vivem e trabalham, crenças e valores, tradições e hábitos, para que resultem em motivação e produtividade. (CHIAVENATO, 2003)

As empresas estruturadas com fins lucrativos, devido à evolução ocorrida no contexto social, político e econômico, já não podem nos dias de hoje restringir sua

atuação somente a seus objetivos específicos. Juntamente com as questões técnicas e administrativas que envolvem sua atuação específica, devem se preocupar com questões como o bem-estar social, a qualidade de vida, a motivação de seus colaboradores e precisam também exercer sua responsabilidade socioambiental, investir na inovação e na excelência em qualidade de produtos e processos. (CHIAVENATO, 2003)

Na administração moderna, a dimensão das questões socioambientais vem sendo considerada como uma das principais chaves para solucionar graves problemas que afligem o mundo, proporcionando vantagens às organizações que adotam estas práticas. Diversos fatores influenciam a adoção das questões ambientais pelas organizações, dentre eles a evolução dos marcos legais ambientais, a busca pela eficácia em custos, a preocupação com a opinião pública e a necessidade de estabelecimento de planejamento a longo prazo. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

De acordo com NARDELLI (2001), a integração efetiva das questões ambientais em uma organização pode ser avaliada pelo grau das mudanças ocorridas em sua estrutura e estratégias empresariais, sendo esta transformação não somente na parte estrutural, mas uma mudança de paradigmas, que servirá de guia para suas futuras estratégias.

O conceito de sustentabilidade está diretamente ligado à noção de utilização racional dos recursos naturais de forma a respeitar a resiliência dos ecossistemas, proporcionando às atuais e futuras gerações a capacidade de suprimento de suas necessidades em condições melhores ou no mínimo iguais às que o possuímos no presente, estando ainda diretamente associado aos conceitos de estabilidade, longevidade e durabilidade. (ALBUQUERQUE et al, 2009)

Alguns princípios básicos do direito estão ligados à questão da sustentabilidade, dentre eles os princípios da prevenção, precaução, participação, proatividade, compensação, compromisso com melhoria contínua e princípio do

poluidor pagador, estando este último já incorporado a inúmeras legislações brasileiras. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

De acordo com as questões de sustentabilidade, as organizações modernas devem desenvolver a capacidade de analisar e interpretar as questões ambientais, sociais e econômicas a partir de uma visão sistêmica, acarretando em uma mudança nos valores da cultura empresarial tradicional para uma cultura ecológica ou verde. (ALBUQUERQUE et al, 2009)

O mercado consumidor e os clientes, em função da globalização e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais modernos, estão conectados às diversas fontes de informação e predispostos assim, a comprar e utilizar produtos que sejam ecologicamente corretos. A escolha destes produtos é facilitada pelas certificações e selos ambientais e uma vez que o mercado e a sociedade demande estas iniciativas, outras empresas terão involuntariamente que adotar medidas semelhantes sob pena de perderem nichos importantes de mercado. Estas ações resultam em uma melhoria no desempenho do setor de produção como um todo. (ALBUQUERQUE et al, 2009)

Ainda de acordo com o mesmo autor, existem diversas razões para que as empresas adotem as questões ambientais e sociais em seus processos produtivos e no processo de fabricação de seus produtos, dentre elas:

- maior satisfação dos clientes;
- melhoria na imagem institucional;
- conquista de novos mercados;
- redução de custos e eliminação de desperdícios;
- melhoria no desempenho geral da empresa;
- redução de riscos (multas, ações legais, acidentes, etc.);
- maior permanência de produtos no mercado;
- maior facilidade na obtenção de financiamentos;
- caminho único para obtenção de certificações;
- prestação de contas às partes interessadas;

As razões listadas acima indicam que a mudança de postura das organizações frente as questões socioambientais e sua transformação em uma empresa verde, é um caminho para o fortalecimento em seu ambiente de negócio, demonstrando que a sustentabilidade empresarial não é só um caminho desejável, mas o caminho correto para se seguir. Com a adoção desta postura, inúmeras organizações vêm implantando mudanças em sua maneira de administrar e estão incluindo as questões ambientais e sociais como prioridade em suas ações. (ALBUQUERQUE et al, 2009)

2.2. DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA ORGANIZACIONAL

É indiscutível o fato de que inúmeras transformações afetam a sociedade todos os dias, contribuindo para a evolução mundial de forma significativa. As organizações também passam por mudanças a todo momento, e estas ocorrem inevitavelmente. (SALES & SILVA, 2007).

Devido a diversos fatores como a globalização, a competitividade, as questões relacionadas a sustentabilidade, dentre outros, as empresas tem enfrentado com maior frequência o desafio de mudar, pois estas precisam se adequar ao novo contexto e aos novos padrões, não somente para competir, mas para sobreviver neste novo cenário. (SALES & SILVA, 2007).

De acordo com WOOD apud SALES & SILVA, 2007, o conceito de mudança organizacional é:

Qualquer transformação de natureza estrutural, institucional, estratégica, cultural, tecnológica, humana, ou de qualquer outro componente, capaz de gerar impacto em partes ou no conjunto da organização.

De acordo com ALBUQUERQUE (2009), as organizações precisam constantemente inovar em tecnologia de produtos, processos e modelos

organizacionais em suas diversas áreas a fim de se manterem competitivas e sobreviverem no mercado globalizado.

De acordo com a Teoria Evolucionista da Firma, análoga à Teoria Evolucionista da Biologia, as empresas podem ser encaradas como um ente em constante mutação, tendo de se adaptar ao ambiente onde estão inseridas, perfazendo ciclos distintos sendo o primeiro deles o nascimento seguido de constantes transformações para sua sobrevivência, ou estão fadadas a morte. (ALBUQUERQUE et al, 2009)

Segundo MARSHALL apud ALBUQUERQUE, 2009, o aprendizado das organizações pode ocorrer de diversas maneiras, dentre elas a “Aprendendo Fazendo”, “Aprendendo Usando”, “Aprendendo Pesquisando”, “Aprendendo Interagindo”, “Aprendendo por Imitação” e “Aprendendo pelo conhecimento que se espalha no ar”.

As empresas evoluem através da incorporação de novas tecnologias e modelos organizacionais, buscando adaptação junto aos órgãos reguladores e/ou busca de novos mercados. A diferenciação entre as organizações também depende de suas capacidades dinâmicas de adaptação, obtidas ao se defrontarem com ambientes de competição. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Tendo como base a premissa de que as organizações se comportam como os organismos vivos e que interagem com o ambiente externo em busca de maior competitividade, se sobressai o paradigma da sustentabilidade, onde as questões sociais e ambientais preponderam. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

As transformações em produtos e processos que afetam o meio ambiente implicam em novas tecnologias e essas mudanças provocam alterações de diferentes magnitudes em processos gerenciais, nas estruturas organizacionais e estratégias, afetando, portanto a forma de trabalhar das pessoas. O processo de mudança pode também ocorrer de maneira natural, sendo proveniente de mudança de ciclo de vida, de crises internas, de conflitos e outros acordos entre

sócios/acionistas. O processo de mudança é natural e esperado. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

DEMAJOROVIC E SANCHES apud NARDELLI, 2001, afirmam que:

a visão estratégica de uma empresa depende de sua habilidade de integrar diferentes perspectivas. Em estudos realizados sobre os processos de aprendizado e formação empresarial e sua relação com o desempenho socioambiental, os autores consideraram a incorporação da visão pelos funcionários e o grau de interação das partes interessadas, internas e externas, como indicadores de aprendizado de uma organização.

O processo de mudança organizacional é cada vez mais direcionado para a abordagem da melhoria contínua, constituindo um enorme desafio para sua manutenção num cenário de competitividade (ROSSI, 2000).

2.3. GESTÃO AMBIENTAL CORPORATIVA

A gestão ambiental tem ganhado crescente espaço no meio empresarial em função do desenvolvimento e percepção da questão ecológica por parte de diferentes camadas e setores da sociedade, que acaba por envolver também as organizações. (KRAEMER, 2004).

De acordo com MACHADO & OLIVEIRA apud ALBUQUERQUE, 2009, a expressão Gestão Ambiental pode ser entendida como:

as diretrizes e atividades administrativas e operacionais que tem como objetivo obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, objetivando desta forma a obtenção de benefícios como redução de custos e conquista de novos mercados.

Os avanços ocorridos na área ambiental em seus diversos instrumentos técnicos, políticos e legais, que são os principais atributos para a construção de políticas ambientais, são inegáveis e inquestionáveis. Nos últimos anos, saltos

quantitativos foram dados, em especial, no que se refere a consolidação de práticas e formulação de diretrizes que tratam a questão ambiental como sistêmica e integrada. (KRAEMER, 2004).

Estudos já realizados demonstraram que organizações que se preocupam com as questões ambientais tendem a obter um melhor desempenho financeiro, uma maior eficiência econômica, melhor fluxo de caixa do que as que não possuem o viés ambiental em seu *modus operandi*. Faz-se importante perceber que a adoção de medidas ambientais pode resultar em novas oportunidades de negócio para as organizações. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Organizações experientes conseguem identificar os resultados econômicos e estratégicos resultantes do engajamento perante a temática ambiental. Estes não se viabilizam de imediato, sendo necessário para tanto que alguns passos sejam seguidos para interiorizar a questão ambiental em toda a organização, evoluindo para um status de excelência ambiental, gerando assim uma vantagem competitiva. (KRAEMER, 2004).

A gestão ambiental é uma ferramenta que facilita o processo de gerenciamento, proporcionando assim benefícios diversos às organizações. Dentre estes benefícios são considerados os benefícios econômicos e estratégicos. Como exemplo de benefícios econômicos, pode-se citar as economias de custos referentes a redução de consumo de água, energia e outros insumos e também em função da adoção de processos de reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos sólidos. Os benefícios econômicos também podem ser advindos de incremento de receita, pela maior contribuição marginal obtida da venda dos “produtos verdes”, que podem ser vendidos por preços mais altos, dentre outros. Os benefícios estratégicos compreendem a melhoria da imagem institucional, o aumento da produtividade, aumento do nível de comprometimento dos colaboradores, melhoria nas relações junto às partes interessadas, dentre outros. (KRAEMER, 2004).

Em determinados setores, a certificação em normas ambientais e a obtenção de selos verdes, representam um diferencial competitivo qualificador e em função

das inúmeras vantagens econômicas advindas de investimentos na área ambiental, é cada vez maior o número de empresas que tem se despertado para esse assunto. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Para se implantar de maneira eficaz a gestão ambiental em uma organização, faz-se necessário que este processo seja embasado por condições e princípios. As normas da família ISO 14000, reconhecidas internacionalmente, visam direcionar a padronização das questões ambientais para qualquer tipo de organização, utilizando sistemáticas para implementar, monitorar, avaliar, auditar, certificar e manter um sistema de gestão com o objetivo de reduzir e eliminar impactos adversos ao meio ambiente. (ASSUMPÇÃO, 2010).

A norma ISO 14.001 foi elaborada para que os sistemas de gestão ambiental, desenvolvidos em função de seus requisitos, sejam estruturados e integrados às demais atividades da organização, sendo regularmente avaliados por meio de auditorias ambientais. (ASSUMPÇÃO, 2010).

As questões ambientais sem dúvida impulsionaram mudanças no comportamento organizacional que se tornaram mais relevantes na medida em que proporcionam lucro e/ou contribuição na redução dos custos para as organizações. Estima-se que uma grande quantidade de empresas já possui em suas estratégias ações específicas para a questão ambiental, porém ainda existem casos onde somente o marketing verde é realizado e as ações efetivas em prol do meio ambiente não são realmente implementadas. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

A detenção de certificações por parte das organizações é fundamental para garantir às partes interessadas que o sistema de gestão ambiental foi efetivamente implementado e que este é mantido conforme os requisitos exigidos e auditado por uma terceira parte independente e externa periodicamente. (KRAEMER, 2004)

2.4. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

De acordo com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, um negócio sustentável e responsável é:

aquela atividade econômica que é orientada para a geração de valor econômico, financeiro, ético, social e ambiental, cujos resultados são compartilhados com os públicos afetados. Sua produção e comercialização são originadas de modo a reduzir continuamente o consumo de bens naturais e de serviços ecossistêmicos, a conferir competitividade e continuidade à própria atividade e promover e manter o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Desde o final da década de 80, a ética e a responsabilidade social passaram a ser temas importantes para a administração e gestão organizacional. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

O tema é altamente debatido e difundido na mídia atual, pois não é mais aceito pela sociedade que as empresas forneçam somente qualidade, preço e cumpram as legislações aplicáveis. Tornaram-se exigidas e valorizadas ações das empresas que contribuam para minimizar os problemas sociais e ambientais porventura existentes. (BUSCH et. al., 2009). É preciso que as empresas possuam eficácia organizacional e uma relação saudável com o ambiente em que se encontram inseridas, além de manter o equilíbrio entre os interesses dos acionistas e agir com responsabilidade social perante a comunidade.

A globalização contribuiu para a rápida disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, alterando a visão tradicional onde o Estado era responsável exclusivamente pela promoção do bem estar social, para uma visão compartilhada, onde diversos atores, inclusive as empresas, passam a exercer também o papel de garantir e promover atribuições outrora pertencentes ao Estado. (BUSCH et. al., 2009).

O debate acerca da responsabilidade social das empresas, o qual em épocas passadas dava-se de forma rara, hoje se tornou uma constante em diversas esferas, seja nas corporações, no meio acadêmico e entre movimentos da sociedade civil. (KREITLON, 2004).

As empresas, sejam elas públicas ou privadas, queiram ou não, tornaram-se agentes sociais no processo de desenvolvimento. Suas dimensões não mais se restringem a apenas uma determinada sociedade, cidade ou país, mas no modo como esta se organiza e principalmente atua por meio de atividades essenciais. No Brasil, diversas empresas já desenvolvem há vários anos diversos projetos socioculturais nas áreas de educação, cultura, meio ambiente, geração de renda, entre outros. (BALDO, 2003).

A responsabilidade social de uma empresa consiste em sua decisão de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que esta presente e minorar os possíveis danos ambientais decorrentes das atividades que exerce, porém somente estas ações não são suficientes para atribuir a uma empresa a condição socialmente responsável. Além dos itens acima, é necessário também investir no bem estar do colaborador e seus dependentes, proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, além de promover comunicações transparentes junto as partes interessadas e garantir a satisfação de seus clientes e consumidores. (BALDO, 2003).

Ainda de acordo com BALDO (2003), são apresentados abaixo os principais vetores da responsabilidade social de uma empresa, tendo estes o objetivo de direcionar o processo de gestão empresarial para o fortalecimento de sua dimensão social.

- Vetor 01 - Apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua;
- Vetor 02 - Preservação do meio ambiente;
- Vetor 03 - Investimento no bem estar dos funcionários e seus dependentes e num ambiente de trabalho agradável;
- Vetor 04 - Comunicações transparentes;

- Vetor 05 - Retorno aos acionistas;
- Vetor 06 - Sinergia com os parceiros;
- Vetor 07 - Satisfação dos clientes e/ou consumidores.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é mobilizar e sensibilizar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Este disponibiliza uma importante ferramenta de gestão que visa apoiar as organizações na incorporação dos princípios da sustentabilidade e da responsabilidade social empresarial em suas estratégias de negócios. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

Os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis tem como foco avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social tem sido incorporada nos negócios, auxiliando a definição de estratégias, políticas e processos, não se propondo a medir o desempenho das empresas nem reconhecê-las como sustentáveis ou responsáveis. (Instituto Ethos, 2013).

A classificação destes indicadores contemplam 04 dimensões, que são desdobradas em temas para convergir com normas de certificação e posteriormente estes são desdobrados em subtemas e indicadores. O conteúdo destes indicadores está disponível para todas as empresas, independentemente de seu porte. As dimensões abordadas por eles são: Visão e Estratégia, Governança e Gestão, Social e Ambiental). (Instituto Ethos, 2013).

Em relação aos ganhos gerados pela responsabilidade social, não se tem muitos dados consolidados no Brasil sobre os ganhos reais obtidos. Acredita-se que um dos motivos para tal carência consiste na não obrigatoriedade de divulgação destes resultados. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

As empresas que desempenham sua função social de maneira correta e divulgam com transparência as ações desenvolvidas tem maior propensão de se

tornarem respeitadas e admiradas pelas diversas partes interessadas, elevando sua reputação perante o mercado e a sociedade. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

De acordo com o Bureau Veritas Certificação, o atual ambiente de globalização impõe as organizações que estas considerem em suas atividades todos os impactos sociais, éticos e políticos. A demonstração destes compromissos confere um importante marco competitivo, gerando confiança das partes interessadas. Neste contexto, o processo de certificação também abrange a área de responsabilidade social corporativa, sendo as normas internacionais mais conhecidas para certificação a *Social Accountability 8.000 – SA 8.000* e Norma Brasileira - NBR ISO 16001.

A responsabilidade social corporativa firmou-se como uma grande preocupação da atualidade e está inserida no cotidiano de empresas e da sociedade de maneira geral. A maioria das grandes organizações já está ciente quanto a esta nova realidade, no entanto faz-se necessário que o mesmo nível de preocupação seja direcionado para as pequenas e medias empresas. Urge o desenvolvimento de uma nova consciência para que possamos continuar a viver bem e manter nosso habitat em condições favoráveis de renovação e continuidade. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

2.5. CERTIFICAÇÃO EMPRESARIAL E SEUS BENEFÍCIOS

De acordo ALVES et al (2011), a certificação pode ser definida como um mecanismo pelo qual são garantidas ou atestadas determinadas características de um produto e, ou, de um processo produtivo”.

De acordo com o Centro de Sustentabilidade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, as certificações foram criadas com o objetivo de garantir a qualidade e a padronização de serviços e produtos, porem com o passar do tempo, foi percebido que os seus benefícios vão além.

Ainda de acordo com o SEBRAE, a implantação de normas e padrões de certificação pelas organizações proporcionam inúmeros benefícios, como a uniformização da produção, facilidade no treinamento da mão de obra, ampliação do conhecimento tecnológico, redução do consumo de materiais e o desperdício, fornecimento de procedimentos para cálculos e projetos, e melhorias no controle de processos, aumentando a produtividade.

As certificações atualmente passaram a ser referência para tomada de varias decisões, como por exemplo, a contratação de fornecedores, sendo também vista pelas partes interessadas como um selo de garantia, proporcionando tranquilidade quanto ao que se está contratando/adquirindo. Outro ponto importante é a satisfação do comprador em saber que incentiva uma cadeia de produção eficiente e justa, principalmente quando se trata dos selos socioambientais, que significam que a empresa respeita as populações tradicionais e os bens naturais de forma a garanti-los para as futuras gerações. (SEBRAE, 2012).

A crescente preocupação da sociedade e do mercado com as questões de qualidade, ambientais, sociais e de saúde e segurança, inerentes a atividade industrial, sem dúvida transformou as organizações modernas. (ARAÚJO et. al, 2007).

Os sistemas de gestão possuem vários focos de abordagem, porém, não garantem a inexistência de problemas ou riscos, mas sim, um meio pelo qual as organizações, sistematicamente, trabalham para dar respostas às solicitações das diversas partes interessadas. (ARAÚJO et. al, 2007).

De acordo com SILVA & RIBEIRO (2004), a certificação pode ser considerada uma grande modificação na forma de gerenciamento empresarial. Ainda de acordo com o mesmo autor, anteriormente tratavam-se as questões ambientais e sociais apenas como despesas, situação que se modificou, pela demonstração de que além do valor agregado decorrente da adoção de boas práticas empresariais e de boa aceitação junto aos consumidores e stakeholders, muitas oportunidades de economia são geradas, minimizando perdas e desperdícios

Neste contexto, onde as exigências para manutenção da competitividade são cada vez maiores, os processos de certificação em normas internacionalmente reconhecidas, dentre elas os padrões do *Forest Stewardship Council* – FSC, voltados ao manejo florestal e a cadeia de custódia, Programa Brasileiro de Certificação Florestal - CERFLOR, NBR ISO 14.001, OHSAS 18.001, NBR ISO 9.001, NBR ISO 16.001 e SA 8.000 surgiram com o propósito de contribuir para o alcance da sustentabilidade empresarial. (adaptado de ARAÚJO et al, 2007).

No atual cenário, a associação de uma marca de uma empresa com a marca de uma certificação pode trazer vários benefícios. Existem diversos tipos de certificação, e cada um transmite uma mensagem relacionada com a abrangência de sua atuação. (ALVES et al, 2011).

Serão apresentadas abaixo as principais características de algumas normas internacionalmente reconhecidas e seus benefícios, considerando apenas normas passíveis de certificação: ISO 9.001, ISO 14.001, OHSAS 18.001, SA 8.000, FSC FM, FSC CoC, CERFLOR.

2.5.1. Norma ISO 9.001

A ISO 9.001, cuja última revisão foi realizada em 2008 e a próxima está prevista para 2015, é uma norma de Sistema de Gestão da Qualidade, internacionalmente reconhecida. A organização que opta pela sua implantação e manutenção, pretende demonstrar a sua capacidade de fornecer de forma coerente, produtos e serviços que atendam as exigências dos clientes e requisitos regulamentares aplicáveis para aumentar a satisfação do cliente por meio da efetiva implementação do sistema, incluindo processos de melhoria contínua e a garantia da conformidade com os requisitos do cliente e outros aplicáveis. (ARAÚJO et. al, 2007).

De acordo com Trindade et al (2008), a gestão da qualidade pode ser definida de maneira resumida, como:

um sistema no qual todos os colaboradores de uma organização, independentemente de setores e hierarquias, cooperam para promover o engajamento das atividades relacionadas a qualidade.

De acordo com a ABNT apud TRINDADE et al, 2008, uma organização deve procurar atender, com relação a qualidade, aos três objetivos seguintes:

1. Atingir e manter a qualidade de seu produto ou serviço de maneira a atender continuamente as necessidades explícitas ou implícitas dos compradores;
2. Inspirar confiança em sua própria administração de que a qualidade pretendida esta sendo atingida e mantida;
3. Proporcionar confiança a seus compradores de que a qualidade pretendida esta sendo atingida pelo produto fornecido ou no serviço prestado.

De acordo com ISO 2002 apud ARAÚJO et. al, 2007, a aceitação da norma ISO 9000 para sistemas de gestão da qualidade pelos diversos países do mundo e suas empresas tem crescido de forma acelerada ao longo dos anos.

Ainda de acordo com TRINDADE et al, 2008, a versão da ISO 9.001 após sua revisão no ano 2000 ficou bastante simplificada, exigindo seis procedimentos obrigatórios e também a explicitação da Política de Qualidade e do Manual de Qualidade. Estes procedimentos são: o controle de documentos, controle de registros, auditorias internas, controle de produto/serviço não conforme, ação corretiva e ação preventiva. Esta norma ainda é baseada em oito princípios de gestão abordados pela norma ISO 9.001, sendo eles:

1. Escopo ou objetivo da Norma
2. Referencia Normativa
3. Termos e Definições
4. Sistema de Gestão da Qualidade
5. Responsabilidades da Direção
6. Gestão de Recursos
7. Realização do Produto
8. Medição, análise e melhoria

A adoção da norma ISO 9.001 é vantajosa para as empresas, uma vez que lhes confere maior organização, produtividade e credibilidade. Tais elementos são facilmente identificáveis pelos clientes, aumentando a competitividade nos mercados nacional e internacional. (TRINDADE et al, 2008).

2.5.2. Norma ISO 14.001

A ISO publicou a serie 14000, que compreende um conjunto de normas ambientais, não obrigatórias e de âmbito internacional, que possibilita a obtenção de certificação ambiental, mediante implantação pelas empresas de um SGA – Sistemas de Gestão Ambiental. (SAVI, 2008)

A referida norma baseia-se no conhecido modelo de melhoria continua: Planejar, Implementar, Monitorar e Analisar Criticamente. A ISO 14.001 é a única norma da família 14000 utilizada para fins de certificação. (ALBUQUERQUE et al, 2009).

A implantação da ISO 14.001, dentre outros benefícios, minimiza a possibilidade de ocorrência de acidentes de cunho ambiental, internalização da consciência ecológica pela organização, fortalecimento da imagem da empresa e cumprimento dos requisitos legais e outros subscritos pela organização. Outros benefícios advindos da implantação da ISO 14.001 são a minimização da geração de resíduos sólidos, a eliminação de desperdícios, estes diretamente relacionados a ganhos econômicos. (SAVI, 2008)

Ainda de acordo com o mesmo autor, a ISO 14.001, cuja elaboração teve participação de representantes de aproximadamente 70 países foi o motivador de maior ênfase no interesse pelo controle dos impactos ambientais, originando um novo momento global voltado a melhoria do sistema de gestão ambiental. A adoção da certificação vem cada vez mais tornando-se instrumento de competitividade entre as empresas, proporcionando a estas maiores chances de atuação em um mercado onde as questões ambientais são prioridade. No Brasil é crescente o numero de empresas interessadas na implantação da ISO 14.001.

2.5.3. Norma OHSAS 18.001

A OHSAS 18011 é uma norma de Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, publicada em 1999 pelo BSI, tendo sido desenvolvida com a cooperação de diversas associações e órgãos de certificação internacionais. O objetivo da certificação na OHSAS 18.001 é demonstrar um desempenho de segurança e saúde ocupacional correto, controlando os diversos riscos das atividades desenvolvidas, produtos ou serviços, sempre numa ótica de prevenção. (ARAÚJO et. al, 2007)

PATRÍCIO apud ARAÚJO et. al ,2007, ressalta que as vantagens da implantação de um sistema de gestão de saúde e segurança tem conquistado um crescente reconhecimento pela sociedade em geral, oferecendo maior confiança e uma melhoria de imagem para seus investidores e clientes.

A OHSAS 18.001 apresenta requisitos para um Sistema de Gestão voltado as questões de saúde e segurança, sendo uma norma de certificação voluntária, cuja adesão pelas empresas tem sido crescente. De acordo com SANTOS apud ARAÚJO et al, 2007, dentre os benefícios potenciais advindos de um eficaz sistema de gestão de saúde e segurança pode-se citar como principais os seguintes:

- Assegurar aos clientes o compromisso perante a gestão de saúde e segurança, priorizando acima de tudo a vida dos colaboradores;
- Manutenção de bom relacionamento junto aos sindicatos de trabalhadores'
- Fortalecer a imagem institucional da organização perante o mercado
- Redução de acidentes que impliquem em responsabilidade civil;
- Demonstrar atuação cuidadosa;
- Estimular o desenvolvimento e compartilhar boas práticas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho
- Melhorar as relações entre indústrias e governo.

Demais benefícios advindos do processo devem ser mapeados. Também devem ser apresentados às partes interessadas e acionistas o valor de uma gestão eficaz de saúde e segurança. (ARAÚJO et. al, 2007)

2.5.4. Norma SA 8.000

A SA 8.000 é uma norma de Sistema de Responsabilidade Social internacionalmente reconhecida, desenvolvida para promover um negócio socialmente responsável, definindo práticas relacionadas a área de saúde e segurança, trabalho infantil, trabalho forçado, dentre outros. Assim como as outras normas, foi criada como uma resposta à pressão do mercado consumidor sobre empresas que não agiam perante o descaso de seus fornecedores e demais prestadores de serviço em relação às condições de trabalho oferecidas. (ARAÚJO et. al, 2007)

ALCANTARA apud ARAÚJO et. al, 2007, afirma que a SA 8.000 foi criada para diferentes países, diferentes culturas e religiões, com o principal objetivo de promover a melhoria das condições de trabalho no mundo e incentivar a colaboração entre as partes envolvidas. A norma esta estruturada em nove elementos básicos, sendo:

- Trabalho infantil;
- Trabalho forçado;
- Saúde e segurança;
- Liberdade de associação e direito a negociação coletiva;
- Discriminação;
- Práticas disciplinares;
- Horários de trabalho;
- Remuneração
- Sistema de gestão

Esta norma pode ser facilmente integrada a demais sistemas de gestão, como o de qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho. De acordo com LEIPZIGER apud ARAÚJO et al, 2007, as empresas estão optando por implantar a SA 8.000 como forma de ressaltar sua reputação através da melhoria no ambiente de trabalho.

2.5.5. CERTIFICAÇÃO FLORESTAL (FSC E CERFLOR)

De acordo com EVANS apud NARDELLI, 2001, as questões relativas a sustentabilidade do manejo florestal tem merecido demasiada atenção em diversos segmentos da sociedade.

A certificação florestal é um processo voluntario e consiste na avaliação objetiva das operações de manejo florestal, segundo normas e padrões específicos que obedecem a princípios e critérios aceitos internacionalmente, adaptados as condições locais. (ALVES et al, 2011).

O processo de certificação florestal inclui dois componentes: a certificação do manejo florestal e a certificação de produtos ou cadeia de custodia. A certificação de manejo baseia-se no nível de conformidade alcançado perante princípios e critérios e a certificação de produtos envolve a verificação da rastreabilidade dos produtos desde sua origem ate o consumidor final. (ALVES et al, 2011).

No Brasil, há atualmente dois sistemas de certificação florestal já adotados por varias organizações. O FSC, fundado em 1993, é uma organização independente formada por representantes de movimentos ambientais, comunidade científica, produtores e comerciantes de madeira e outros produtos florestais e também por comunidades e populações tradicionais. Trata-se de um sistema global de certificação florestal. Por meio de um processo consultivo participativo, estabeleceu dez princípios e critérios para certificação voluntaria, atestando o bom manejo florestal, pautado pelas salvaguardas ambientais, benefícios sociais e viabilidade econômica. Além de padrões relacionados ao manejo florestal, existem os padrões voltados para avaliação da cadeia de custodia, onde são consideradas diversas categorias elegíveis de matéria prima florestal e de produtos certificados. (ALVES et al, 2011).

De acordo com NARDELLI (2001), os dez princípios do FSC são:

Princípio 1: Obediência as leis e aos princípios do FSC.

“O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis ao país onde opera, os tratados internacionais e os acordos assinados por este país, e obedecer a todos os princípios e critérios do FSC.”

Princípio 2: Direitos e responsabilidades de posse e uso da terra.

“As posses de longo prazo e os direitos de uso sobre a terra e recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos”.

Princípio 3: Direito das comunidades indígenas e comunidades tradicionais.

“Os direitos legais e costumários das comunidades indígenas e comunidades tradicionais de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos devem ser reconhecidos e respeitados”.

Princípio 4: Relações comunitárias e direitos dos trabalhadores da unidade de manejo florestal.

“As atividades de manejo florestal devem manter ou ampliar, a longo prazo, o bem estar econômico e social dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.”

Princípio 5: Benefícios da floresta

“O manejo florestal deve incentivar o uso eficiente e otimizado dos múltiplos produtos e serviços da floresta (plantações florestais) para assegurar a viabilidade econômica e uma ampla gama de benefícios ambientais e sociais.”

Princípio 6: Impacto ambiental

“O manejo florestal deve conservar a diversidade ecológica e seus valores associados, os recursos hídricos, os solos, os ecossistemas e paisagens frágeis e singulares. Dessa forma, estará mantendo as funções ecológicas e a integridade das florestas.”

Princípio 7: Plano de Manejo

“Um plano de manejo apropriado à escala e intensidade das operações propostas deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem estar claramente descritos.”

Princípio 8: Monitoramento e avaliação

“O monitoramento deve ser conduzido, apropriado à escala e à intensidade do manejo florestal para que sejam avaliadas a condição da floresta, o rendimento dos produtos florestais, a cadeia de custódia, as atividades de manejo e seus impactos ambientais e sociais.”

Princípio 9: Manutenção das florestas de alto valor de conservação

“As operações de manejo em florestas de alto valor de conservação devem manter ou incrementar os atributos que definem estas florestas. Decisões relacionadas a florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas no contexto de uma abordagem de precaução.”

Princípio 10: Plantações florestais

“As plantações florestais devem ser planejadas e manejadas de acordo com Princípios e Critérios de 1 a 9, o Princípio 10 e seus critérios. Considerando que as plantações florestais podem proporcionar um leque de benefícios sociais, ambientais e econômicos e contribuir para satisfazer as necessidades globais por produtos florestais, elas devem complementar o manejo, reduzir as pressões e promover a reabilitação e conservação de florestas nativas.”

O CERFLOR, criado pela Sociedade Brasileira de Silvicultura - SBS em cooperação técnica com a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, abrange também um conjunto de princípios, critérios e indicadores para a certificação de origem florestal no país, tanto para florestas nativas da Amazônia quanto para plantações florestais, tendo sido reconhecido em 2005 pelo PEFC. Sua elaboração também contou com um processo de consulta a diversas partes interessadas. A certificação CERFLOR também permite a certificação de cadeia de custódia e rotulagem de produtos. (ALVES et al, 2011).

A certificação florestal teve início no Brasil em 1996, abrangendo pequenos setores do mercado que valorizavam produtos certificados, sendo adotada também pelas empresas cuja produção estava voltada para exportação. Existe uma enorme diversidade quanto aos tipos de produtos certificados, dentre eles óleos e essências vegetais, carvão vegetal, celulose, mobiliário, etc. (ALVES et al, 2011).

2.6. O SETOR FLORESTAL BRASILEIRO E AS CERTIFICAÇÕES

A Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas – ABRAF, fundada em 2003 com objetivo de congregar e representar as empresas com atividades na cadeia de base florestal plantada, tendo também como associadas entidades estaduais representativas do setor. Sua função é defender os interesses do setor junto aos poderes públicos em suas diversas esferas. (ABRAF, 2013)

A cadeia produtiva do setor brasileiro de base florestal associado às florestas plantadas caracteriza-se pela grande diversidade de produtos, compreendendo as etapas de produção, colheita e transporte de madeira, além da obtenção de produtos finais nos segmentos de Papel e Celulose, Painéis de Madeira Industrializada, Madeira Processada Mecanicamente, Siderurgia a carvão vegetal e biomassa, dentre outros. (ABRAF, 2013)

O Setor florestal totalizou em 2012 um valor bruto da produção de R\$56,3 bilhões, indicador 4.6% superior ao ano de 2011, além da arrecadação de tributos de R\$7.6 bilhões, que corresponde a 0.5% da arrecadação nacional. No âmbito social, as atividades da cadeia produtiva do setor contribuíram para a geração de 4.4 milhões de empregos e para um investimento de 149 milhões em programas de inclusão social, educação e meio ambiente beneficiando um público total de 1,3 milhão de pessoas e aproximadamente mil municípios das áreas de influência. (ABRAF, 2013)

Á área plantada com eucaliptos e pinus em 2012 no Brasil totalizou 6.664.812 hectares, sendo 76,6% correspondente a área de plantio de eucaliptos e 23,4% aos plantios de pinus. (ABRAF, 2013).

Ainda de acordo com o mesmo Anuário Estatístico da ABRAF, globalmente considerando os organismos credenciadores (FSC e PEFC), a área de florestas certificadas cresceu 5,1% em 2012, totalizando 412,8 milhões de hectares. Os continentes que possuem maior área florestal certificada são a América do Norte e Europa. Em um horizonte de 10 anos, o número total de florestas certificadas no mundo passou de 123 milhões de hectares em 2002 para aproximadamente 413 milhões de hectares em 2012. (ABRAF, 2013).

Em 2012, o Brasil possuía aproximadamente 7,2 milhões de hectares de florestas certificadas pelo FSC e 1,3 milhões de hectares de florestas certificadas pelo PEFC, representando 2,1% do total mundial. Ressalta-se que de 2011 para 2012 o total de florestas certificadas no Brasil aumentou cerca de 37,1%. (ABRAF, 2013).

De acordo com NARDELLI (2001), a sustentabilidade da produção florestal é considerada como o resultado do manejo que procura ser economicamente viável, ambientalmente adequado e socialmente justo, tendo estes termos sido o fundamento para os padrões nacionais e internacionais para a certificação florestal.

Ainda de acordo com o mesmo autor, no que tange as questões de sustentabilidade relacionadas ao manejo florestal, estas tem recebido constante atenção de vários segmentos da sociedade. Faz-se necessário traduzir o já difundido conceito de sustentabilidade em mecanismos que permitam sua prática e avaliação.

Com este objetivo, foram desenvolvidos princípios, critérios e indicadores para o manejo florestal responsável por várias iniciativas internacionais, guiados pelos diversos compromissos políticos nacionais e internacionais, como por

exemplo: Agenda 21, Princípios sobre Florestas, Convenção de diversidade biológica e a convenção do clima, dentre outros. (NARDELLI, 2001).

A certificação voltada aos produtos florestais surgiu no início da década de 90, como alternativa às campanhas que incentivavam o boicote a produtos oriundos de florestas tropicais, fundamentada no fato de que em função da queda do valor dos produtos e das áreas florestais, usos predatórios da terra poderiam ser favorecidos. (NARDELLI, 2001).

De maneira geral, o processo de certificação florestal baseia-se em avaliações objetivas e sistemáticas das operações envolvidas no manejo de florestas conforme preconizado por normas e padrões de referência, obedecendo princípios e critérios internacionalmente aceitos adaptados a realidade local, avaliando e monitorando portanto os efeitos ambientais, sociais e econômicos destas atividades e também a geração de benefícios para as comunidades de influência e sua participação e envolvimento. (ALVES et al, 2011).

De acordo com ABRAF (2013), as principais etapas do processo de certificação florestal são as seguintes:

1. Contato Inicial: Os administradores da operação florestal ou outro responsável pelo empreendimento, voluntariamente, entra em contato com o organismo certificador.
2. Avaliação: O organismo certificador realiza uma análise geral do manejo, da documentação e das operações de campo;
3. Adequação: As eventuais Não Conformidades encontradas na operação florestal devem ser corrigidas;
4. Certificação: A operação florestal recebe a certificação. E um resumo público é disponibilizado para a sociedade;
5. Monitoramento: O monitoramento da operação florestal é realizado ano a ano para manutenção da certificação. Após esta etapa, o processo retorna para a etapa de avaliação.

As empresas florestais associadas à ABRAF, assim como outras do país, tem investido cada vez mais em programas de responsabilidade social e ambiental. Em programas sociais, no ano de 2012, os investimentos totalizaram R\$149 milhões, valor 93% superior ao investimento realizado em 2011. Justificativas para este aumento são os projetos de expansão e o início das atividades de empresas do segmento de celulose e papel. (ABRAF, 2013).

Os programas de assistência médica e odontológica disponibilizados pelas empresas associadas a ABRAF aos funcionários e comunidades locais contabilizaram R\$ 29,2 milhões beneficiando 258.065 pessoas em 99 municípios do país. (ABRAF, 2013)

Investimentos significativos relacionados aos programas de educação e cultura, destinados aos colaboradores das empresas associadas a ABRAF, bem como seus dependentes e comunidades vizinhas totalizaram R\$35,9 milhões em 2012. Estes programas, de maneira geral, consistem em ações nas áreas escolar, combate ao analfabetismo e ao incentivo a cultura das comunidades adjacentes, beneficiando 459 municípios e 799.240 pessoas. (ABRAF, 2013).

Quanto aos programas na área ambiental, em 2012 os programas ambientais realizados pelas empresas associadas à ABRAF totalizaram R\$31,4 milhões e beneficiaram 234 municípios, sendo este investimento 47,4% superior ao investimento de 2011. (ABRAF, 2013).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração do presente trabalho foi realizada uma revisão da literatura disponível sobre o tema e a coleta e relato de dados específicos relacionados às questões de sustentabilidade e certificações de empreendimentos florestais instalados no Brasil.

A fim de demonstrar a importância adquirida pelas certificações no cenário empresarial de base florestal nacional, foram escolhidas empresas inseridas nos três principais mercados deste setor: carvão vegetal siderúrgico, madeira processada e celulose e papel. As empresas escolhidas foram: Aperam Bioenergia, Duratex, Fibria, Klabin e Vallourec (V&M Florestal).

Para obtenção dos dados foram utilizadas publicações divulgadas por empresas que optaram por implantar e manter certificações referentes a seus processos e produtos e por desenvolver uma gestão pautada pelas questões relacionadas a sustentabilidade. As publicações consistem nos respectivos Planos de Manejo Florestal, Relatórios de Sustentabilidade Empresarial, *Web Sites*, dentre outros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresenta-se abaixo uma descrição sucinta das publicações disponibilizadas pelas empresas do setor florestal brasileiro citadas anteriormente, que optaram por implementar e manter certificações em diversos escopos para seus processos e ou produtos.

4.1. APERAM BIOENERGIA

De acordo com o seu Plano de Manejo Florestal, a Aperam Bioenergia é subsidiária integral da Aperam South América e tem como objetivo principal, fornecer carvão vegetal oriundo de florestas plantadas renováveis de eucalipto, para abastecer os altos fornos da Usina Siderúrgica da Aperam South América, em Timóteo/MG. Além disso, fornece ao mercado madeira *in natura*, mudas e sementes.

A área de atuação da empresa é o Vale do Jequitinhonha, localizado na porção nordeste do Estado de Minas Gerais, tendo iniciado suas atividades em 1974 no município mineiro de Itamarandiba, expandindo nos anos seguintes para os municípios de Capelinha, Turmalina, Veredinha, Minas Novas e Carbonita, todos no Estado de Minas Gerais. A empresa ocupa hoje uma área aproximada de 126 mil hectares, sendo 76 mil hectares de área plantada, sendo estas manejadas na forma de silvicultura clonal intensiva.

Ainda de acordo com seu Plano de Manejo Florestal, a empresa obteve em 2008 certificação florestal voluntária de suas unidades de manejo junto ao FSC, objetivando, manter padrões de qualidade, condições de trabalho, segurança dos empregados, preservação do meio ambiente e o aprimoramento nas relações com as comunidades locais.

A Aperam Bioenergia estabeleceu uma Declaração de Compromisso junto ao FSC, onde se compromete em aplicar as tecnologias adequadas e economicamente viáveis para reduzir emissões atmosféricas, consumo de energia, geração de resíduos, uso de recursos naturais e prevenir a poluição decorrente dos processos produtivos, preservando a diversidade ecológica, os recursos naturais e ecossistemas devendo para tanto:

- Obedecer aos Princípios e Critérios do FSC, nacional e internacionalmente aceitos.
- Respeitar a soberania nacional, bem como as leis, acordos e tratados internacionais ratificados pelo país.
- Manter os documentos de posse e uso da terra de acordo com a legislação nacional.
- Objetivar a melhoria da qualidade de vida de seus empregados e da comunidade local.
- Salvar os remanescentes de florestas nativas e os seus componentes presentes nas áreas objeto de certificação.
- Evitar a conversão de florestas naturais em plantações florestais de espécies exóticas.
- Manter áreas de interesse ecológico e paisagístico (cachoeiras, grutas, etc.) para as gerações presentes e futuras.
- Manejar suas plantações florestais de forma responsável, considerando-se os aspectos ambientais, sociais e econômicos.
- Promover o uso eficiente e otimizado de suas florestas.
- Incentivar o uso múltiplo da floresta, respeitando sempre a sustentabilidade ambiental e biodiversidade.
- Identificar e selecionar material genético adequado ao manejo florestal.
- Adotar técnicas e equipamentos apropriados à conservação do solo, da água e do ar.
- Monitorar e minimizar o uso e aplicação de produtos químicos em suas atividades.
- Aplicar práticas adequadas para destinação de resíduos gerados em suas atividades.

- Controlar e coibir a caça e pesca ilegais em suas áreas de manejo.
- Monitorar permanentemente a fauna, a flora, o solo e os recursos hídricos.

Além da Certificação Florestal, a empresa detém atualmente as certificações na NBR ISO 14.001 e OHSAS 18.001, que atestam o seu compromisso perante as questões relacionadas à gestão ambiental e gestão de saúde e segurança ocupacional.

As auditorias realizadas periodicamente na organização analisam quesitos como:

- respeito à legislação ambiental e de saúde e segurança ocupacional;
- diagnóstico atualizado dos aspectos e impactos ambientais e perigos e riscos das atividades da Empresa;
- procedimentos, padrões e planos de ações adotados pela Aperam Bioenergia;
- disseminação dos princípios de gestão entre empregados, colaboradores e fornecedores da Empresa.

4.2. VALLOUREC (V&M FLORESTAL)

A Vallourec está localizada nas regiões Centro-Norte e Noroeste do Estado de Minas Gerais, possuindo um total de 22 fazendas distribuídas em 22 municípios, subdivididas em quatro Regionais, sendo: Curvelo, Bocaiuva, Serra do Cabral e João Pinheiro. Seu escritório regional está localizado na cidade de Curvelo, região central de Minas, a 170 km de Belo Horizonte.

A empresa possui aproximadamente 233 mil hectares de propriedades dos quais 113 mil hectares são de florestas plantadas e manejadas na forma de silvicultura clonal, e aproximadamente 80 mil hectares com áreas de vegetação nativa preservada.

Sua capacidade de produção nominal é de 265 mil toneladas de carvão vegetal de eucalipto por ano. Seu sistema produtivo é composto pelos seguintes processos: produção de mudas, preparo de área, plantio, manutenção florestal, colheita, carbonização e logística do abastecimento de carvão vegetal à Vallourec do Brasil. Todas as atividades operacionais são executadas com tecnologia própria, desenvolvida em parceria com centros de pesquisa brasileiros e internacionais.

De acordo com o Resumo Público do Plano de Manejo Florestal, documento que caracteriza todos os processos produtivos e dá suporte ao planejamento das atividades no que tange a produção florestal sustentável, cujo objetivo principal é assegurar que suas ações estejam embasadas na busca pela sustentabilidade atual e futura.

A empresa dispõe de uma política de relacionamentos baseadas nos princípios e critérios do CERFLOR, esta por sua vez baseada no relacionamento com os trabalhadores florestais e comunidades locais, com evidências de inúmeros benefícios oriundos das atividades florestais nos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

Dentre inúmeros outros resultados positivos obtidos a partir da gestão socioambiental, são citados pela empresa:

- conservação da composição natural de flora e fauna com o aumento das áreas de preservação mediante implantação de corredores ecológicos, interligando as áreas de vegetação nativa;
- redução da intensificação do efeito estufa mediante retenção de CO₂ pelas florestas;
- manutenção do equilíbrio ecológico, através do investimento em pesquisas relacionadas a controle biológico e combate a pragas e doenças.

Na temática voltada às relações com as comunidades, a empresa estabeleceu, baseado em sua política de relacionamento com as comunidades e partes interessadas, um programa anual de ações de integração comunitária, que

utiliza técnicas de monitoramento e inserção social. A empresa desenvolve ainda projetos na área de geração de trabalho e renda, como por exemplo o projeto Apicultura.

4.3. FIBRIA

A Fibria é líder global do setor de celulose, possuindo atualmente a capacidade anual de produção de 5,25 milhões de toneladas de celulose, cuja matéria prima é integralmente originada a partir de plantios florestais renováveis. A empresa opera com três Unidades Industriais e uma base florestal própria de 989.381 hectares, dos quais 354.697 hectares são destinados à conservação ambiental.

Com forte atuação no mercado global, a empresa trabalha para garantir que a crescente demanda por papel possa ser atendida de forma sustentável. Sua origem se deu em 2009, a partir da união das empresas Aracruz Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. (VCP), suas três Unidades Industriais: Três Lagoas, Aracruz e Vale do Paraíba.

Na temática voltada as certificações, a empresa possui certificações florestais nos padrões FSC e CERFLOR/PEFC além das certificações ISO 9.001, ISO 14.001 e OHSAS 18.001.

De acordo com seu Relatório de Sustentabilidade 2012, a empresa mantém no compromisso com a sustentabilidade o fundamento para conquistas importantes, com as certificações e o fortalecimento das relações com as comunidades vizinhas, o terceiro setor e outros públicos, contribuindo desta forma para uma sociedade mais justa e inclusiva. A empresa participou em 2012 de diversos grupos e fóruns nacionais e internacionais para discussão de temas relevantes ao futuro do planeta.

4.4. KLABIN

Maior produtora, exportadora e recicladora de papéis do Brasil, a Klabin S.A. é líder na produção de papéis e cartões para embalagens, embalagens de papelão ondulado e sacos industriais, além de comercializar madeira em toras. Empresa de capital aberto, 100% brasileira, é controlada pela holding Klabin Irmãos e Cia., que detém 59% do capital votante e negociações na BM&FBovespa há 32 anos. Sua capacidade produtiva alcança 1,9 milhão de toneladas anuais de papéis destinadas à conversão de embalagens de papel ou exportação para mais de 70 países nos cinco continentes.

Por meio de estudos, busca garantir a manutenção e a melhoria da produtividade florestal, considerando a qualidade das plantações e das fibras para utilização na produção de celulose, através do desenvolvimento e adequação de novas tecnologias e do manejo florestal sustentável. Atua nas especialidades de: Melhoramento Florestal, Clonagem e Biotecnologia, Nutrição e Silvicultura, Fitossanidade Florestal e Qualidade da Madeira.

Em seu Relatório de Sustentabilidade, a empresa assume seu compromisso com a transparência, clareza e objetividade na apresentação das ações desenvolvidas no ano de 2012, enxergando o mesmo documento como uma maneira de engajar ainda mais os colaboradores, os parceiros de negócio, os atuais e futuros clientes

A empresa foi reconhecida por importantes veículos de comunicação e pelo setor, tendo recebido diversos reconhecimentos expressivos, sendo eleita pelo Guia Melhores e Maiores, da Revista Exame, a melhor companhia do segmento de Papel e Celulose em 2012.

Como estratégia, em 2012, as temáticas adotadas pela empresa de Inovação e Sustentabilidade estiveram ainda mais presentes nas ações e no desenvolvimento dos negócios da Klabin. Os diferenciais que tornaram a Klabin uma das maiores

empresas do setor são a Sustentabilidade Florestal, a participação no mercado internacional e o equilíbrio em qualidade e custos do investimento em tecnologias e sistemas de gestão. A empresa possui um sistema de governança específico para tratar os temas relacionados à Sustentabilidade, composto por um comitê que inclui membros da diretoria executiva, representantes das áreas de Meio Ambiente, Comunicação, Relações com Investidores, Gente & Gestão, dentre outros.

A empresa possui implantado um Sistema de Monitoramento de Requisitos Legais que compõem o sistema de gestão ambiental, incluindo licenças e demais autorizações ambientais. O acompanhamento é realizado mensalmente e auditado periodicamente para garantir que a empresa cumpra as legislações e atenda seus requisitos. Nos últimos três anos, a Klabin não sofreu nenhuma ação judicial, cível ou criminal, com motivação ambiental.

A Klabin trabalha com princípios de sustentabilidade que garantam, ao mesmo tempo, o respeito aos critérios éticos, legais e socioambientais e a solidez operacional e financeira. Em sua Política de Sustentabilidade, a empresa busca:

1. Buscar a qualidade competitiva, visando a melhoria sustentada dos seus resultados, para atender às expectativas dos clientes, colaboradores, acionistas, comunidade e fornecedores;
2. Assegurar o suprimento de madeira plantada para as suas unidades industriais de forma sustentada, sem agredir os ecossistemas naturais associados;
3. Praticar e Promover a reciclagem de fibras celulósicas em sua cadeia produtiva;
4. Evitar e prevenir a poluição por meio da redução dos impactos ambientais relacionados a efluentes hídricos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
5. Promover o crescimento pessoal e profissional dos seus colaboradores e a busca da melhoria contínua das condições de trabalho, saúde e segurança.
6. Praticar a Responsabilidade Social como foco nas comunidades onde atua;
7. Atender à legislação e às normas aplicáveis ao produto, meio ambiente, saúde e segurança.

4.5. DURATEX

De acordo com seu Plano de Manejo Florestal 2012, a Duratex S.A. é uma empresa brasileira, privada, de capital aberto, com ações negociadas na BM&FBOVESPA e controle compartilhado pelos Grupos Itaúsa – Investimento Itaú S.A. e Companhia Ligna de Investimentos, sendo o restante do capital distribuído no mercado. A capacidade total de fabricação de painéis é de 3,3 milhões de m³/ano (Base: fevereiro, 2012).

A Duratex Unidade de Negócios Florestal possui cerca de 230 mil hectares onde maneja plantações florestais de eucalipto e pinus e mantém as áreas de conservação com formações vegetais nativas. Essa área é integrada por fazendas próprias ou arrendada, localizadas em diferentes regiões do Estado de São Paulo, região do Triângulo Mineiro em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

O planejamento e pesquisa florestal consistem na elaboração do Plano Estratégico e Operacional, de forma a garantir o fluxo de informações necessárias à execução plena das atividades florestais, com foco no abastecimento sustentável de madeira às unidades fabris. A pesquisa florestal garante inovações tecnológicas de processos e a transferência de tecnologia para as áreas operacionais. A pesquisa tem como objetivo gerar tecnologias que visam o aumento de produtividade, otimização de recursos e/ou redução de custos, conservação de recursos naturais e proteção das pessoas.

No que tange as questões de certificação, a empresa detém a certificação FSC para suas unidades localizadas em São Paulo e Minas Gerais e a certificação na ISO 14.001 para as fazendas localizadas na unidade de Botucatu e viveiro de produção de mudas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica do tema apresentado possibilitou a compreensão de questões significativas foram as mudanças impostas às organizações modernas em função da evolução da temática sobre as questões relacionadas à sustentabilidade empresarial e do importante papel desempenhado pelas certificações, atuando como uma ferramenta capaz de agregar diferenciais competitivos fundamentais para sobrevivência das organizações no mercado global e atestar junto às partes interessadas o seu comprometimento com as questões de sustentabilidade relacionadas aos seus respectivos negócios.

Todo este processo de evolução no modelo de gestão foi responsável pela criação de uma nova forma de abordagem do setor empresarial perante as questões ambientais, sociais e de saúde e segurança junto de seus colaboradores e demais partes interessadas. Esta nova abordagem, holística e integrada, vem sendo cuidadosamente internalizada e aplicada por empresas responsáveis, fazendo hoje parte da estratégia de seus negócios.

Possibilitou ainda apresentar como as certificações de processos e produtos proporcionam inúmeros benefícios estratégicos, dentre eles: a redução de custos, a interiorização das questões de sustentabilidade e segurança do trabalho pelos colaboradores, a melhoria da imagem institucional da organização perante as partes interessadas, a melhoria do desempenho empresarial global, a maior satisfação de clientes e acionistas, a conquista de novos mercados, a eliminação de desperdícios e racionalização do consumo de recursos naturais, maior facilidade para obtenção de financiamentos e novas oportunidades de negócio, contribuindo de forma a garantir a sustentabilidade e a perenidade de suas atividades.

Foi possível também verificar, que de maneira ampla, o setor florestal brasileiro desempenha importante papel econômico, social e ambiental no país, sendo pioneiro em questões relacionadas à sustentabilidade e preservação ambiental, tendo varias empresas do setor optado pela implantação e manutenção

de certificações em diversos escopos. O compromisso assumido pelas empresas do setor florestal brasileiro perante as questões de sustentabilidade agrega um enorme diferencial competitivo ao negocio florestal brasileiro.

Em função do exposto, pode-se concluir que as perspectivas relacionadas à implantação de certificações de diferentes escopos pelas organizações de base florestal, assim como de outros setores é crescente e que este processo será continuamente aperfeiçoado de forma a atender plenamente os anseios desta e das futuras gerações, suprimindo de maneira sustentável a demanda de produtos no mercado nacional e internacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAF – Associação Brasileira dos Produtores de Florestas Plantadas. **Anuário Estatístico da ABRAF 2013, ano base 2012**. Brasília, 2013. 148p.

ALVES, R.R.; JACOVINE, L.A.G.; NARDELLI, A.M.B. **Empresas verdes: estratégia e vantagem competitiva**. Viçosa. Editora UFV, 2011.

ALBUQUERQUE, J. L. et. al: **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: Conceitos, ferramentas e aplicações**. São Paulo. Editora Atlas, 2009.

PORTER, M. E. *Estratégia Competitiva*. Campus, Rio de Janeiro, Campus, 1991.

ARAÚJO, G. C. et. al: **O Processo de Certificação Empresarial das Normas Internacionalmente Reconhecidas : Um Caminho para a Sustentabilidade Empresarial?**. São Paulo. Editora Atlas, 2009.

ASSUMPÇÃO, L. F. J. : **Sistema de Gestão Ambiental: Manual Prático para Implementação de SGA e Certificação ISO 14.001**. Curitiba. Editora Juruá, 2010.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cartilhas SEBRAE de Sustentabilidade - Certificações/SEBRAE. Cuiabá, 2012. 24 p. Disponível em <http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Certificacoes>> Acesso em: 20 Outubro 2013.

Plano de Manejo Florestal Aperam, v. 7. Disponível em: <<http://www.aperambioenergia.com.br/index.asp?Grupo=1&SubGrupo=66>> Acesso em: 20 Outubro 2013.

Relatório de Sustentabilidade 2012 V & M do Brasil <<http://www.vmtubes.com.br/vmbInternet/calandra.nsf/0/3C9D9475F7002134032575BC006FB195?OpenDocument&pub=T&proj=Internet>> Acesso em: 20 outubro 2013.

Resumo Público do Plano de Manejo Florestal 2012 V & M Florestal. Disponível em: [http://www.vmtubes.com.br/vmbinternet/filesmng.nsf/46A866537F1F009E83257AA1006B5F8A/\\$File/Plano%20manejo%20florestal%20outubro%202012.pdf](http://www.vmtubes.com.br/vmbinternet/filesmng.nsf/46A866537F1F009E83257AA1006B5F8A/$File/Plano%20manejo%20florestal%20outubro%202012.pdf)> Acesso em: 19 outubro 2013.

Resumo do Plano de Manejo Florestal Fibria, regiões dos estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, 5ª edição. <http://www.fibria.com.br/web/pt/negocios/floresta/manejo.htm>> Acesso em: 19 Outubro 2013.

Relatório de Sustentabilidade 2012 Klabin <http://www.klabin.com.br/pt-br/paginas/relatorios-de-sustentabilidade>> Acesso em: 19 outubro 2013.

Plano de Manejo Florestal Duratex, versão pública. Disponível em: http://www.duratex.com.br/pt/Download/Plano_de_Manejo_Florestal_Versao_Publica_2012.pdf> Acesso em: 19 outubro 2013.

NARDELLI, A.M.B. **Sistemas de Certificação e Visão de Sustentabilidade no Setor Florestal Brasileiro**. Viçosa, 2001. 116 p.

BUSCH, S. E.; Ribeiro, H. Responsabilidade Socioambiental Empresarial: Revisão da Literatura sobre Conceitos. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e meio Ambiente – v.4, n.2, Artigo 1, maio/ago 2009.

KREITLON, M. P. A Ética nas Relações entre Empresas e Sociedade: Fundamentos Teóricos da Responsabilidade Social Empresarial: XXVIII ENANPAD, Curitiba, 2004.

BALDO, R.; MANZANETE, C.M. Responsabilidade Social Corporativa. XXVI Congresso de Ciências da Comunicação – Belo Horizonte/MG – 2 a 6 Set 2003.

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. São Paulo, 2013. 106p.

Bureau Veritas Certificação. Folheto Certificação SA 8.000 e NBR 16001. Disponível em: <http://www.bvqi.com.br/solucoes/sustentabilidade/responsabilidade-social/sa-8.000-e-nbr-16001.aspx> > Acesso em: 19 outubro 2013.

KRAEMER, M. E. P. Gestão Ambiental na Construção da Imagem Corporativa. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis, SC, Brasil, 3 a 5 Nov 2004.

KRAEMER, M. E. P. **Gestão Ambiental: Um enfoque no desenvolvimento sustentável.** GestioPolis, 2004.

SANTOS, P.M.F.; PORTO, R. B. **A Gestão Ambiental como fonte de vantagem competitiva Sustentável: Contribuição da Visão Baseada em Recursos e Da Teoria Institucional.**

SALES, J.D.A.; SILVA, P. K. Os Fatores de Resistencia a Mudança Organizacional e Suas Possíveis Resultantes Positivas: Um estudo de caso na Indústria Calçados Bibi do Município de Cruz das Almas – BA. X SEMEAD – Seminários em Administração FEA-USP. 2007.

ROSSI, Luiz Carlos. **Mudança Organizacional e competitividade: um estudo de caso em empresa de telecomunicações.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 2000.

LARENTIS, Fabiano. **Relacionamento como Fonte de Vantagem Competitiva Sustentável: Um Estudo entre Fabricantes de Móveis e Lojas Exclusivas..** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

SCHWABE, Pollianne Dionor. **Vantagens da Certificação Ambiental para Empresas.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2011.

SILVA, D.A.; RIBEIRO, H. Certificação Ambiental Empresarial e Sustentabilidade: desafios da comunicação. Parte de Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Publica da Universidade de São Paulo. 2004.

SAVI, J. Certificação Ambiental: Análise dos benefícios econômicos, sociais e ambientais gerados as empresas. 2008.

DENARDIN, V. F. VINTER, G. Algumas Considerações acerca dos benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos da obtenção da certificação ISO 14.001 pelas empresas. Grupo de Extensão em Sistema de Gestão Ambiental da ESALQ USP.